

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 31 de dezembro, o total de Ativos somava R\$ 89,9 bilhões, destacando-se R\$ 55,2 bilhões em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, R\$ 4,1 bilhões em Operações de Arrendamento Mercantil de Leasing Financeiro, a valor presente. O total de captações estava representado por R\$ 82,8 bilhões de Debêntures e R\$ 144,2 milhões de FINAME e o saldo do Valor Residual Parcelado ou Antecipado representava R\$ 2,9 bilhões. A Instituição possuía 429.516.170 debêntures de sua própria emissão em tesouraria no valor de R\$ 5,5 bilhões.

Em conformidade com a Instrução nº 381/03, da Comissão de Valores Mobiliários, a Bradesco Leasing, no exercício, não contratou e nem teve serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa, em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos a serviços de auditoria externa. Outros serviços prestados pelos auditores externos foram de assistência no atendimento de requerimentos relacionados a assuntos fiscais. De acordo com critérios internacionalmente aceitos, a política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Osasco, SP, 28 de janeiro de 2015.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL - Em Reais mil			
	2014	2013	
ATIVO			
CIRCULANTE	82.221.713	73.372.525	
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	4.874	4.874	
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	55.222.801	57.064.819	
Aplicações no Mercado Aberto	31.578.957	25.914.189	
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	23.643.844	31.150.630	
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	26.817.834	16.203.222	
Carteira Própria	26.760.319	15.562.286	
Vinculados à Prestação de Garantias	57.515	640.936	
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7)	(71.431)	(118.525)	
Operações de Arrendamentos a Receber:			
- Setor Privado	1.870.326	2.384.431	
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(1.798.520)	(2.283.549)	
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(143.237)	(219.407)	
OUTROS CRÉDITOS	207.951	186.701	
Rendas a Receber (Nota 8a)	42	33	
Diversos (Nota 8b)	207.950	186.761	
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(41)	(93)	
OUTROS VALORES E BENS	39.684	36.308	
Outros Valores e Bens	96.032	87.019	
Provisões para Desvalorizações	(56.348)	(50.711)	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	655.515	1.357.301	
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	806	807.627	
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	806	807.627	
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7)	(90.381)	(166.311)	
Operações de Arrendamentos a Receber:			
- Setor Privado	2.158.112	2.778.055	
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(2.157.939)	(2.777.543)	
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(90.554)	(166.823)	
OUTROS CRÉDITOS	744.479	715.222	
Diversos (Nota 8b)	744.479	715.257	
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	-	(35)	
OUTROS VALORES E BENS	611	763	
Despesas Antecipadas	611	763	
PERMANENTE	7.040.284	8.405.961	
INVESTIMENTOS (Nota 9)	50.451	47.324	
Participações em Coligadas:			
- No País	43.636	40.509	
Outros Investimentos	26.394	26.394	
Provisões para Perdas	(19.579)	(19.579)	
IMOBILIZADO DE USO (Nota 10)	3.823	4.716	
Imóveis de Uso	25.056	25.056	
Outras Imobilizações de Uso	155	155	
Depreciações Acumuladas	(21.388)	(20.495)	
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO (Notas 7i e 10)	6.986.010	8.353.921	
Bens Arrendados	10.546.184	12.378.038	
Depreciações Acumuladas	(3.560.174)	(4.024.117)	
TOTAL	89.917.512	83.135.787	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil						
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária			
Saldos em 30.6.2014	2.290.000	128.600	390.425	17	-	2.899.051
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(17)	-	(17)
Reversão de Dividendos Provisoriamente em 1º Semestre de 2014	-	-	43.098	-	-	43.098
Lucro Líquido - Reservas	-	-	-	-	218.093	218.093
Destinações: - Reservas	-	10.905	30.188	-	(41.093)	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(177.000)	(177.000)
Saldos em 31.12.2014	2.290.000	229.514	463.711	-	-	2.983.225
Saldos em 31.12.2012	1.627.800	186.945	2.507.093	19	-	4.321.857
Aumento de Capital com Reservas	662.200	-	(662.200)	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(10)	-	(10)
Lucro Líquido	-	-	-	-	451.830	451.830
Destinações: - Reservas	-	22.591	219.239	-	(241.830)	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(210.000)	(210.000)
Saldos em 31.12.2013	2.290.000	209.536	2.064.132	9	-	4.563.677
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(9)	-	(9)
Dividendos Declarados	-	(1.803.000)	-	-	-	(1.803.000)
Lucro Líquido	-	-	-	-	399.557	399.557
Destinações: - Reservas	-	19.978	202.579	-	(222.557)	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(177.000)	(177.000)
Saldos em 31.12.2014	2.290.000	229.514	463.711	-	-	2.983.225

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil			
	2º Semestre 2014	Exercícios findos em 31 de dezembro 2014	
		2014	2013
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	5.620.011	10.870.625	8.781.391
Operações de Crédito (Nota 7g)	49.731	95.357	83.808
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 7h)	1.389.794	2.904.445	3.521.729
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6b)	4.180.486	7.870.823	5.175.854
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	5.298.400	10.184.394	8.002.366
Operações de Captações no Mercado (Nota 11c)	4.258.082	7.937.993	5.194.726
Operações de Empréstimos e Repasses (Nota 12b)	2.580	6.038	10.300
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 7h)	1.143.514	2.372.727	2.887.018
Reversão de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7f e g)	(105.776)	(132.364)	(89.678)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	321.611	686.231	779.025
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	(54.306)	(96.223)	(84.506)
Outras Despesas Administrativas (Nota 16)	(27.589)	(46.830)	(39.818)
Despesas Tributárias (Nota 17)	(18.213)	(38.704)	(42.201)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 9a)	1.661	3.157	2.201
Outras Receitas Operacionais (Nota 19)	31.556	61.942	53.450
Outras Despesas Operacionais (Nota 19)	(41.721)	(75.788)	(58.138)
RESULTADO OPERACIONAL	267.305	590.008	694.519
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 20)	(22.463)	(41.096)	(36.799)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	244.842	548.912	657.720
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 22)	(26.749)	(149.355)	(205.890)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(26.749)	(149.355)	(205.890)
LUCRO LÍQUIDO	218.093	399.557	451.830
Número de ações (Nota 15a)	23.422	23.422	23.422
Lucro por ação em R\$	9.311,46	17.059,05	19.290,84

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil			
	2º Semestre 2014	Exercícios findos em 31 de dezembro 2014	
		2014	2013
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	244.842	548.912	657.720
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	1.030.397	2.226.186	2.814.518
Reversão de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(105.776)	(132.364)	(89.678)
Depreciações e Amortizações	903.409	1.936.470	2.434.369
Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	12.584	22.442	14.676
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(1.661)	(3.157)	(2.201)
Insuficiência de Depreciação	198.402	359.747	418.702
Perda na Alienação de Bens Não de Uso Próprio	4.745	6.593	5.815
Provisão para Desvalorização de Bens Não de Uso Próprio	18.694	36.455	32.835
Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.275.239	2.775.098	3.472.238
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.215.925	(4.673.546)	(17.825.803)
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	(10.320.117)	(10.614.653)	10.714.896
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(45.602)	(92.912)	(31.116)
(Aumento)/Redução em Operações de Arrendamento Mercantil	(11.004)	9.253	(7.039)
(Aumento)/Redução em Obrigações por Empréstimos e Repasses	(39.458)	(58.262)	(66.431)
(Aumento)/Redução em Outras Obrigações	(250.725)	(310.045)	(90.923)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(73.693)	(193.278)	(400.508)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	(5.249.435)	(13.158.345)	(4.234.686)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
(Aumento)/Redução em Títulos Disponíveis para Venda	27	27	7
Aquisição de Imobilizado de Uso e de Arrendamento	(711.490)	(1.777.202)	(2.664.871)
Alienação de Imobilizado de Uso e de Arrendamento	410.010	836.920	920.894
Aquisição de Bens Não de Uso Próprio	(42.714)	(70.015)	(53.073)
Alienação de Bens Não de Uso Próprio	27.592	36.460	39.075
Dividendos Recebidos	-	21	20
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades de Investimentos	(316.575)	(973.789)	(1.757.948)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
Aumento/(Redução) em Recursos de Emissão de Debêntures	5.247.526	8.921.073	6.244.327
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(124.950)	(2.106.450)	(138.212)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades de Financiamentos	5.122.576	6.814.623	6.106.115
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(443.434)	(7.317.511)	113.481
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	9.170.483	16.044.560	15.931.079
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	8.727.049	8.727.049	16.044.560
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(443.434)	(7.317.511)	113.481

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Bradesco Leasing ou Instituição) tem como objetivo, a prática das operações de arrendamento mercantil, sendo observadas as disposições da legislação em vigor. É parte integrante da Organização Bradesco, sendo suas operações conduzidas de modo integrado a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se dos seus recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos. Suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nºs 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável. Incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito e de arrendamento mercantil; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 28 de janeiro de 2015.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Bradesco Leasing.

b) Auração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resale e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas, mensalmente, pelo valor das contraprestações exigíveis no período (Portaria nº 140/84 do Ministério da Fazenda) e considera o ajuste a valor presente das operações de arrendamento mercantil.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo seu valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários - classificação

- Títulos para negociação - são aqueles com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização;
- Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a administração do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Operações de arrendamento mercantil

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de: a) não cancelamento; b) opção de compra; e c) atualização pós-fixada ou prefixada e são contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme segue:

I - Arrendamentos a receber

Refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.

II - Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG)

Registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de rendas a apropriar de arrendamento mercantil e valor residual a balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Instituição ou quando não são mais esperados benefícios futuros.

l) Investimentos
Os investimentos em empresas coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

j) Imobilizado de uso
Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso/edificações - 4% ao ano; móveis e utensílios e máquinas e equipamentos - 10% ao ano; sistema de transportes - 20% ao ano; e sistemas de processamento de dados - de 20% a 50% ao ano e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

k) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

l) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN e pela Deliberação CVM nº 594/09, sendo:
• Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
• Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
• Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
• Obrigações legais - provisão para riscos fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis. Detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 13.

m) Outros ativos e passivos
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata* dia).

n) Eventos subsequentes
Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:
• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
Disponibilidades em moeda nacional 4.874 -
Total de disponibilidades (caixa) **4.874** -
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1) 8.722.175 16.044.560
Total caixa e equivalentes de caixa **8.727.049** 16.044.560
(1) Referem-se a operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação, foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ
a) Vencimentos
Em 31 de dezembro - R\$ mil

	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	
							2014	2013
Aplicações no mercado aberto:								
Posição bancada	10.004.904	1.479.395	2.212.932	14.628.489	3.253.237	-	31.578.957	25.914.189
Debêntures	3.367.494	1.453.224	2.212.932	14.628.489	3.253.237	-	24.915.376	25.736.947
Letras do tesouro nacional	4.508.229	-	-	-	-	-	4.508.229	-
Notas do tesouro nacional	2.002.624	-	-	-	-	-	2.002.624	-
Outros	126.557	26.171	-	-	-	-	152.728	177.242
Aplicações em depósitos interfinanceiros:								
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4.715.095	1.733.441	-	-	17.195.308	806	23.644.650	31.958.257
Total em 2014	14.719.999	3.212.836	2.212.932	14.628.489	20.448.545	806	55.223.607	-
Total em 2013	12.825.527	4.096.737	3.465.462	13.971.826	22.490.591	1.022.503	-	57.872.446

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez
Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.
Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil

	2014	2013
Rendas de aplicações em operações compromissadas:		
Posição bancada	2.894.763	2.043.054
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	3.142.426	1.770.433
Total (Nota 6b)	6.037.189	3.813.487

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS
a) Classificação por categoria e prazos
Em 31 de dezembro - R\$ mil

Títulos (1)	2014				2013				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado (5)	Valor de mercado/contábil (2)	Marcação a mercado (5)
Títulos para negociação (3)	24.307.005	241.522	503.151	1.766.156	26.817.834	26.817.842	(8)	16.203.191	(118)
Letras financeiras do tesouro	149.377	241.522	503.151	1.593.045	2.487.095	2.487.103	(8)	1.011.874	(118)
Certificados de depósito bancário	-	-	-	-	-	-	-	3.710	-
Debêntures	-	-	-	165.386	165.386	165.386	-	5.203	-
Letras do tesouro nacional	1.648.393	-	-	7.725	1.656.118	1.656.118	-	8.996.189	-
Notas do tesouro nacional	22.509.235	-	-	-	22.509.235	22.509.235	-	6.186.215	-
Títulos disponíveis para venda (4)	-	-	-	-	-	-	-	31	15
Ações	-	-	-	-	-	-	-	31	15
Total em 2014	24.307.005	241.522	503.151	1.766.156	26.817.834	26.817.842	(8)	16.203.222	(103)
Total em 2013	15.181.568	28.919	311.638	681.097	16.203.222	16.203.325	-	16.203.222	(103)

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos. No encerramento do período, os investimentos em fundos exclusivos administrados pela Organização Bradesco somavam R\$ 26.760.319 mil (2013 - R\$ 15.562.255 mil). Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil;
(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas;
(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante;
(4) Em 2014 e 2013, não foram reconhecidas perdas por *impairment* para os títulos classificados na categoria de disponíveis para venda; e
(5) A marcação a mercado dos títulos para negociação foi registrada em contas de resultado, enquanto a dos títulos disponíveis para venda, foram registradas no patrimônio, líquidos dos impostos.

b) Resultado de títulos e valores mobiliários
Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil

	2014	2013
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	6.037.189	3.813.487
Títulos de renda fixa	47.626	17.433
Títulos de renda variável	24	-
Fundos de investimento	1.785.984	1.344.934
Total	7.870.823	5.175.854

c) Instrumentos financeiros derivativos
A Bradesco Leasing não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.
Análise de sensibilidade - Instrução CVM nº 475/08
A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e como prática de governança de gestão de riscos, possui um processo contínuo de gerenciamento de suas posições, que engloba o controle de todas as posições expostas ao risco de mercado através de medidas condizentes com as melhores práticas internacionais. Destacamos, ainda, que as instituições financeiras possuem limites e controles de riscos e alavancagem regulamentados pelo Bacen. As propostas de limites de risco de mercado são validadas em Comitês específicos, referendadas pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, e submetidas à aprovação do Conselho de Administração, conforme as características dos negócios, que são segregados nas seguintes carteiras: Carteira *Trading*, composta por todas as operações realizadas com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da própria carteira, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios a partir de variação de preços efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.
Carteira *Banking*, composta por operações não classificadas na Carteira *Trading*, provenientes dos demais negócios da Organização e seus respectivos *hedges*. De acordo com a natureza das suas atividades, a Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil possui em seu portfólio apenas operações classificadas na Carteira *Banking*.

7) OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL, OUTROS CRÉDITOS E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA
a) Os contratos de arrendamento mercantil possuem atualização prefixada ou pós-fixada. São contratos de arrendamento financeiro, com cláusula de não-cancelamento e opção de compra.
b) Conciliação da composição da carteira de arrendamento financeiro, a valor presente, com os saldos contábeis
Em 31 de dezembro - R\$ mil

	2014	2013
Arrendamentos financeiros a receber	4.028.438	5.162.486
(-) Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros a receber	(3.956.459)	(5.061.092)
Bens arrendados financeiros + perdas em arrendamentos (líquidas)	10.546.184	12.378.038
(-) Depreciação acumulada sobre bens arrendados financeiros:	(3.560.174)	(4.024.117)
- Depreciações acumuladas	(5.845.460)	(6.689.958)
- Superveniência de depreciação	2.285.286	2.665.841
(-) Valor residual garantido antecipado (Nota 14b)	(2.912.667)	(3.226.604)
Total do valor presente	4.145.327	5.228.711

c) Carteiras e prazos
Em 31 de dezembro - R\$ mil

	Curso normal						Total em 2014 (A)	Total em 2013 (A)
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Operações de arrendamento mercantil	204.375	201.868	169.805	496.237	806.007	1.952.158	3.830.450	4.839.617
Outros créditos (1)	281	278	275	543	-	-	1.377	4.272
Total em 2014	204.656	202.146	170.080	496.780	806.007	1.952.158	3.831.827	4.843.889
Total em 2013	275.320	253.906	208.766	627.387	1.031.566	2.446.944	-	4.843.889

(1) A rubrica "Outros créditos" compreende devedores por compra de valores e bens.

Curso anormal
Em 31 de dezembro - R\$ mil

	Parcelas vencidas						Total em 2014 (B)	Total em 2013 (B)
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 540 dias	Acima de 360 dias		
Operações de arrendamento mercantil	15.351	13.415	8.584	16.189	11.977	65.516	65.516	77.509
Total em 2014	15.351	13.415	8.584	16.189	11.977	65.516	65.516	77.509
Total em 2013	18.889	16.022	10.787	19.082	12.729	-	-	77.509

Curso anormal
Em 31 de dezembro - R\$ mil

	Parcelas vencidas						Total em 2014 (A+B+C)	Total em 2013 (A+B+C)
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Operações de arrendamento mercantil	14.970	15.419	13.285	37.274	59.934	108.474	4.145.322	5.228.711
Outros créditos (1)	-	-	-	-	-	-	1.377	4.272
Total em 2014	14.970	15.419	13.285	37.274	59.934	108.474	4.146.699	5.232.983
Total em 2013	18.304	18.893	15.886	45.813	74.843	137.846	-	5.232.983

(1) A rubrica "Outros créditos" compreende devedores por compra de valores e bens.

d) Concentração de operações de arrendamento mercantil e outros créditos
Em 31 de dezembro - R\$ mil

	2014	%	2013	%
Maior devedor	66.307	1,6	61.652	1,2
Vinte maiores devedores	477.743	14,0	522.632	10,0

e) Setor de atividade econômica (1)
Em 31 de dezembro - R\$ mil

	2014	%	2013	%
Setor privado	4.146.699	100,0	5.232.983	100,0
Indústria	804.606	19,4	1.034.101	19,8
Siderúrgica, metalúrgica e mecânica	154.468	3,7	221.677	4,2
Alimentícia e bebidas	119.388	2,9	152.050	2,9
Extração de minerais metálicos e não metálicos	56.381	1,4	82.497	1,6
Química	63.722	1,5	66.739	1,3
Edição, impressão e reprodução	51.821	1,2	69.508	1,3
Artigos de borracha e plásticos	73.669	1,8	88.819	1,7
Materiais não metálicos	52.125	1,3	74.956	1,4
Móveis e produtos de madeira	59.483	1,4	64.128	1,2
Têxtil e confecções	33.144	0,8	43.273	0,8
Autopeças e acessórios	38.817	0,9	54.692	1,0
Eletrônica	25.768	0,6	38.603	0,7
Refino de petróleo e produção de álcool	15.828	0,4	8.986	0,2
Papel e celulose	16.418	0,4	21.856	0,4
Artefatos de couro	14.539	0,4	7.568	0,1
Veículos leves e pesados	13.970	0,3	16.434	0,3
Demais indústrias	15.065	0,4	22.315	0,4

f) Composição da carteira e da provisão para créditos de liquidação duvidosa por nível de risco
Em 31 de dezembro - R\$ mil

Nível de risco	% Mínimo de provisionamento requerido	Carteira			%	Provisão mínima requerida				
		Curso normal	Curso anormal	Total (1)		Vencidas	Vencidas	Genérica	Total	
AA	-	95.665	-	95.665	2,3	-	-	-	-	-
A	0,5	458.229	-	458.229	11,1	-	-	2.291	2.291	1,0
B	1,0	3.199.685	9.815	3.209.500	77,4	5	93	31.997	32.095	13,7
C	3,0	6.623	61.801	68.424	1,5	143	1.511	1.853	1.999	0,8
Subtotal		3.760.202	64.993	3.825.195	92,3	148	1.604	34.487	36.239	15,5
D	10,0	17.543	52.022	69.565	1,7	688	4.514	1.754	6.956	3,0
E	30,0	4.920	27.244	32.164	0,8	1.474	6.700	1.476	9.650	4,1
F	50,0	29.475	35.255	64.730	1,6	2.761	14.867	14.738	32.366	13,8
G	70,0	1.224	20.188	21.412	0,5	3.369	10.762	857	14.988	6,4
H	100,0	18.463	115.170	133.633	3,1	38.080	77.090	18.463	133.633	57,2

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Depreciação acumulada de bens arrendados.....	(5.845.460)	(6.689.958)
Superveniência de depreciação (Nota 3f - V).....	2.285.286	2.665.841
Total da depreciação acumulada.....	(3.560.174)	(4.024.117)
Imobilizado de arrendamento.....	6.986.010	8.353.921

A Bradesco Leasing apurou no período insuficiência de depreciação no montante de R\$ 380.555 mil (2013 - insuficiência de R\$ 437.686 mil) registrada em imobilizado de arrendamento, sendo R\$ 20.808 mil (2013 - R\$ 18.984 mil) com a realização de superveniência classificada em bens não de uso próprio, em decorrência de reintegração de posse de bens arrendados e R\$ 359.747 mil (2013 - R\$ 418.702 mil) em resultado do período.

8) OUTROS CRÉDITOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Dividendos.....	42	33
Total.....	42	33

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)		Participação no capital social %	Lucro líquido ajustado	Valor contábil		Ajuste decorrente de avaliação (1)	
			Ações	Cotas			2014	2013	2014	2013
Aquarius Holdings Ltda.....	37.400	71.841	-	7.293	19,500	4.599	14.009	13.121	897	648
Serel Participações em Imóveis S.A.....	260.000	1.693.462	257	-	1.7607	126.732	29.627	27.388	2.260	1.553
Total.....							43.636	40.509	3.157	2.201

(1) Ajuste decorrente de avaliação considera os resultados apurados, periodicamente, pelas companhias e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, quando aplicável.

b) Outros investimentos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Aplicações por incentivos fiscais.....	25.989	25.989
Títulos patrimoniais.....	3	3
Outros investimentos.....	402	402
Subtotal.....	26.394	26.394
Provisão para perdas em outros investimentos.....	(19.579)	(19.579)
Total.....	6.815	6.815

10) IMOBILIZADO DE USO E DE ARRENDAMENTO

	Taxa	Custo	Depreciação	Custo líquido de depreciação	
				2014	2013
Imóveis de uso:					
- Terrenos.....		2.713	-	2.713	2.714
- Edificações.....	4%	22.343	(21.233)	1.110	2.002
Outras imobilizações de uso.....	20%	155	(155)	-	-
Imobilizado de arrendamento.....		10.546.184	(3.560.174)	6.986.010	8.353.921
Total em 2014.....		10.571.395	(3.561.562)	6.989.833	8.353.921
Total em 2013.....		12.403.249	(4.044.612)	8.358.637	

11) RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS - DEBÊNTURES

a) A sociedade mantém registros na CVM de emissão para distribuição pública de debêntures escriturais, não conversíveis em ações, da espécie subordinada aos demais credores, remuneradas pela variação dos "Depósitos interfinanceiros", conforme segue:

Emissão	Valor da operação	Vencimento	Remuneração	Valor contábil	
				2014	2013
Fevereiro/2005 (1)	4.000.000	2025	100% CDI	11.833.754	10.679.623
Fevereiro/2005 (2)	4.000.000	2025	100% CDI	11.976.189	10.808.166
Fevereiro/2005 (3)	8.775.000	2025	100% CDI	25.857.089	23.376.285
Janeiro/2008 (4)	6.750.000	2028	100% CDI	13.222.998	11.953.483
Junho/2011 (5)	4.750.000	2016	100% CDI	6.541.627	5.903.631
Junho/2011 (5)	4.750.000	2021	100% CDI	6.458.660	5.828.754
Outubro/2012 (6)	10.000.000	2032	100% CDI	6.950.090	5.369.392
Total.....	43.075.000			82.840.407	73.919.334

Sob nº CVM/SRE/PRO/2005/004, em 15 de abril de 2005, foi arquivado na CVM o Primeiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10,0 bilhões do qual foram realizadas, até 30 de setembro de 2005, as seguintes emissões:

(1) Sob nº CVM/SRE/DEB/2005/017, simples, 40.000.000 (1ª emissão), com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 4,0 bilhões com prazo de 20 anos, contanto da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em dezembro de 2014 contempla 53.333 debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 15.799 mil.

(2) Sob nº CVM/SRE/DEB/2005/045, simples, 30.000.000 (3ª emissão), com a utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 4,05 bilhões, com prazo de 20 anos, contados da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em dezembro de 2014 contempla 20.520 debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 21.483 mil.

(3) Sob nº CVM/SRE/PRO/2006/003, em 28 de junho de 2006, foi arquivado na CVM o Segundo Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10,0 bilhões do qual foi realizada, até 18 de dezembro de 2006 a seguinte emissão:

(4) Sob nº CVM/SRE/DEB/2006/024, simples, 65.000.000 (4ª emissão), com utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 8 bilhões, com prazo de 20 anos, contados da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em dezembro de 2014 contempla 465.395 debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 137.868 mil.

(5) Sob nº CVM/SRE/PRO/2008/002, em 17 de janeiro de 2008, foi arquivado na CVM o Terceiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10,0 bilhões do qual foi realizada, até 31 de março de 2008 a seguinte emissão:

(6) Sob nº CVM/SRE/DEB/2008/003, simples, 50.000.000 (5ª emissão), com utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 2 de janeiro de 2008, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 6,75 mil, com prazo de 20 anos, contados da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em dezembro de 2014 contempla 113.547 debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 22.281 mil.

(7) Simples, 190.000.000 (6ª emissão, duas séries, sendo 95.000.000 cada série), com valor unitário de R\$ 50,00, com data de emissão em 20 de junho de 2011, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 9,5 bilhões, com prazo de 5 anos a 1ª série e 10 anos a 2ª série, contados da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em dezembro de 2014 contempla 1.204.888 debêntures da 2ª série em tesouraria, no valor de R\$ 82.968 mil.

(8) Sob nº CVM/SRE/DEB/2012/023, em 17 de outubro de 2012, foi registrado na CVM a 7ª emissão de Debêntures simples, com valor total de R\$ 10,0 bilhões, do qual foi realizada, até 30 de junho de 2013, 1.000.000.000, com valor unitário de R\$ 10,00, com data de emissão em 15 de outubro de 2012, perfazendo o valor de R\$ 10,0 bilhões, com prazo de 20 anos, contados da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em dezembro de 2014 contempla 427.606.487 debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 5.192.063 mil.

b) Repactuação de debêntures

Em 2 de janeiro de 2013, houve a repactuação das debêntures, relativa à 5ª emissão com vencimento para 2028, conforme AGE do Conselho de Administração, realizada em 4 de dezembro de 2012, deliberando:

I - Juros Remuneratórios: a partir de 2 de janeiro de 2013 e até 2 de janeiro de 2028, as Debêntures renderão juros equivalentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, Extra-Grupo (Taxas DI), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentas e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, incidente sobre o valor nominal da debênture, *pro rata temporis*; e

II - Esclarecer que permanecem inalteradas todas as demais características das Debêntures.

c) Despesas de debêntures

O montante de despesas de atualização das operações de debêntures no período somou R\$ 7.937.993 mil (2013 - R\$ 5.194.726 mil), apropriadas em contas de resultado.

12) OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS

a) Obrigações por repasses

	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 180 dias	181 a 360 dias	1 a 3 anos	Acima de 3 anos
FINAME.....	6.886	12.340	17.164	29.298	57.989	20.568
Total em 2014.....	6.886	12.340	17.164	29.298	57.989	20.568
%.....	4,8	8,6	11,9	20,3	40,2	14,2
Total em 2013.....	8.942	16.258	22.832	39.878	87.385	27.212
%.....	4,4	8,0	11,3	19,7	43,2	10,0

b) Despesas de operações de empréstimo e repasses

O montante de despesas de operações FINAME no período somou R\$ 6.038 mil (2013 - R\$ 10.300 mil), apropriadas em contas de resultado.

13) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes, porém, existem processos em curso cuja perspectiva de êxito é provável, tais como: a) Programa de Integração Social - (PIS), que pleiteia a compensação do PIS sobre a Receita Operacional Bruta, recolhido nos termos dos Decretos Leis nº 2.445/88 e nº 2.495/99, naquilo que excedeu ao valor devido nos termos da Lei Complementar nº 077/90 (PIS Reajustado); e b) outros tributos, cuja legalidade e/ou constitucionalidade está sendo questionada, que poderão ocasionar o ressarcimento dos valores recolhidos.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Bradesco Leasing entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando a obter indenizações, em especial, o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

II - Processos cíveis

São pleites de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Obrigações legais - Provisão para riscos fiscais

A Bradesco Leasing vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazos, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

A principal questão é:

CPMF - R\$ 114.674 mil (2013 - R\$ 109.704 mil) pleiteia, isoladamente às instituições financeiras, a aplicação da alíquota "zero" de CPMF sobre as movimentações financeiras típicas de seu objeto social, relacionadas no artigo 3º das Portarias MF nº 06/97 e 134/99, incisos I, XIX e XXVI.

IV - Movimentação das provisões

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais e previdenciárias (1)
Saldo no início do exercício de 2014.....	690	66.235	226.074
Atualização monetária.....	30	-	16.373
Constituições líquidas de reversões e baixas.....	(695)	6.734	-
Transferência de provisão corrente.....	-	-	32.505
Saldo no final do exercício de 2014 (Nota 14).....	25	72.969	274.952

(1) Compreende, substancialmente, a obrigações legais.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Bradesco Leasing mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré", e amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação relacionam-se ao ISSQN de empresas de arrendamento mercantil, cuja totalidade dos processos corresponde a R\$ 1.658.637 mil (2013 - R\$ 1.321.178 mil), em que se discute a exigência do referido tributo por municípios outros que não aqueles onde as empresas estão instaladas para o qual o tributo é recolhido na forma da lei, havendo casos de nulidades formais ocorridas na constituição do crédito tributário.

14) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Provisão para riscos fiscais (Nota 13b).....	274.952	226.074
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 22e).....	645.649	727.421
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar.....	152	-
Impostos e contribuições a recolher.....	2.036	3.419
Total.....	922.789	956.914

b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Credores por antecipação de valor residual (Nota 7b).....	2.912.667	3.226.604
Provisão para riscos - cíveis (Nota 13b).....	72.969	66.235
Obrigações por aquisição de bens e direitos.....	1.608	4.324
Provisão para riscos - trabalhistas (Nota 13b).....	25	690
Outras.....	14.077	17.002
Total.....	3.001.346	3.314.855

15) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, no montante de R\$ 2.290.000 mil (2013 - R\$ 2.290.000 mil), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 23.422 ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Reservas de lucros.....	693.225	2.273.668
- Reserva legal (1).....	229.514	209.536
- Reservas estatutárias (2).....	463.711	2.064.132

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

As acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos/juros sobre o capital próprio, intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

b) Diversos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Créditos tributários (Nota 22c e d).....	250.947	293.599
Devedores por depósitos em garantia.....	443.372	408.357
Impostos e contribuições a compensar/recuperar.....	235.979	172.113
Pagamentos a ressarcir.....	16.254	15.926
Devedores por compra de valores e bens.....	1.377	4.272
Outros.....	4.500	7.751
Total.....	952.429	902.018

9) INVESTIMENTOS

a) Ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado da equivalência patrimonial".

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Lucro líquido.....	399.557	451.830
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro.....	(19.978)	(22.591)
Base de cálculo.....	379.579	429.239
Dividendos propostos (1).....	-	-
Juros sobre o capital próprio (2).....	177.000	210.000
Imposto de renda retido na fonte.....	(26.550)	(31.500)
Valor líquido a pagar.....	150.450	178.500
Percentual em relação à base de cálculo.....	39,6%	41,6%
Valor em Reais por ação.....	6.423,45	7.621,04

(1) Não houve distribuição de dividendos com base no resultado, devido ao juros sobre o capital próprio distribuídos ser superior ao mínimo obrigatório de 25%; e

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

b) O seguro dos bens arrendados está vinculado a cláusulas específicas dos contratos de arrendamento mercantil e os possíveis riscos dos bens de uso estão sob a responsabilidade da Instituição.

c) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas. A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A Bradesco Leasing, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

d) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovado pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);

- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); e
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

e) Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/14, que converteu a Medida Provisória nº 627/13. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Destacamos os principais assuntos que a Lei nº 12.973/14 dispõe:

- a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- o parcelamento especial de Contribuição para o PIS/PASEP e para o COFINS.

A referida Lei foi regulamentada através das Instruções Normativas nºs 1.515, de 24 de novembro de 2014 e 1.520, de 4 de dezembro de 2014. Em nossa avaliação, não haverá impactos relevantes futuros em nossas Demonstrações Contábeis.

f) Em 20 de janeiro de 2015, foi publicada a Lei nº 13.097/15, que converteu a Medida Provisória nº 656/14. Dentre outros assuntos essa Lei altera os valores dos limites para fins de dedutibilidade de perdas no recebimento de créditos para contratos inadimplidos a partir de 8.10.2014 (artigo 9º da Lei nº 9.430/96), sendo que para o estoque até essa data, ficam mantidos os valores limites atuais.

g) Não há eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2014.

DIRETORIA
Conselho de Administração
Presidente

Lázaro de Mello Brandão

Vice-Presidente

Luiz Carlos Trabuco Cappi

Membros

Antônio Bornia

Mário da Silveira Teixeira Júnior

Carlos Alberto Rodrigues Guilherme

Milton Matsumoto

José Alcides Munhoz

Diretor-Presidente

Luiz Carlos Trabuco Cappi

Diretoria
Diretores Vice-Presidentes

Domingos Figueiredo de Abreu

Aurélio Conrado Boni

Sérgio Alexandre Figueiredo Clemente

Marco Antonio Rossi

Alexandre da Silva Glüher

Josué Augusto Pancini

Maurício Machado de Minas

Diretor Gerente e Diretor de Relações com Investidores

Luiz Carlos Angelotti

Célio Magalhães

Contador – CRC 1SP199295/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da

Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos Auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião com ressalva

A Instituição registra as suas operações e elabora as suas demonstrações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil na rubrica "provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação", classificada no ativo permanente, conforme mencionado nas notas explicativas às demonstrações contábeis nº 3f.V e 7i. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto quanto a não reclassificação de saldos mencionada no parágrafo anterior, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos
Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2014, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 28 de janeiro de 2015


 KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

 Cláudio Rogélio Sertório
Contador CRC 1SP212059/O-0